



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

PROJETO BÁSICO

OPERAÇÃO DO CENTRO SUPERVISÓRIO DA QUALIDADE DO AR DO INEA, COM A CONTRATAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA EM METEOROLOGIA E QUALIDADE DO AR.

1. JUSTIFICATIVA:

O Rio de Janeiro foi o primeiro estado da Federação a fazer o acompanhamento sistemático da qualidade do ar, isto desde 1967 pelo extinto Instituto de Engenharia Sanitária (IES) e continuado pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEEMA) a partir de 1975, transformada no atual Instituto Estadual do Ambiente (INEA), órgão executivo da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS).

Para que o INEA possa exercer adequadamente as suas funções de órgão gestor da qualidade do ar do Estado do Rio de Janeiro, é fundamental que disponha de informações atualizadas e confiáveis quanto às concentrações de poluentes na atmosfera, bem como ser capaz de identificar e mensurar a contribuição das principais fontes de poluição, de forma a dar maior assertividade às estratégias de monitoramento local e subsidiar o desenvolvimento dos programas de controle da poluição atmosférica no estado, além de possibilitar a vigilância contínua do nível de exposição da população a contaminantes atmosféricos, de forma a evitar graves e iminentes riscos à saúde da população em razão da extrapolação das concentrações de poluentes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONEMA ou, em sua ausência, pelo CONAMA.

A presente contratação visa a execução do produto: "Rede de Qualidade do Ar Operacionalizada", da ação 1526 ("Monitoramento da Qualidade Ambiental"), do programa 437 ("Saneamento Ambiental e Resíduos Sólidos"), do Planejamento Plurianual do INEA (PPA - 2020 a 2023), bem como subsidia a realização dos produtos 6874: "Relatório de qualidade do ar do Estado do Rio de Janeiro" e 6875: "Gestão inteligente dos sistema de monitoramento INEA implantado", da ação 2954 ("Realização de Pesquisa e Controle Ambiental"), do mesmo programa.

O serviço em questão é de extrema relevância por se tratar de atividade essencial para a gestão da qualidade do ar no estado, cuja atribuição do INEA está prevista no Decreto Estadual Nº 44072 de 18/02/2013 e na Resolução CONAMA nº 491/2018.

Atualmente, a rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia (RMQAM) do estado é composta por 83 estações automáticas de qualidade do ar e meteorologia capazes de monitorar continuamente as concentrações de gases, material particulado e parâmetros meteorológicos, além de 125 estações semiautomáticas de monitoramento aptas a medir a concentração de material particulado, em suas principais frações, a cada 6 (seis) dias, durante um período de 24 horas. Apesar da extensão da rede de monitoramento, a operação das estações não tem recurso humano e financeiro suficiente para manter a supervisão e processamento dos dados obtidos em tempo razoável, de forma a manter a população informada, bem como orientar medidas emergenciais de responsabilidade do poder público, das entidades privadas e demais segmentos da sociedade em episódios críticos de poluição do ar, que objetivam evitar graves e iminentes riscos à saúde da população em razão da extrapolação das concentrações de poluentes estabelecidas pelo CONEMA ou pelo CONAMA.

Além disso, a Gerência de Qualidade do Ar do INEA - GERAR é responsável pela implementação e gerenciamento de quatro importantes instrumentos de controle de poluição ambiental: o Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera (PROMON AR - Resolução CONEMA nº 84/2018), o Sistema de Relato de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE (Resoluções INEA nº 64/2012 e 65/2012), o Programa de Inspeção e Monitoramento de Veículos em Uso - Programa de I/M - e o Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça preta por Veículos Automotores do Ciclo Diesel - PROCON Fumaça Preta, ambos previstos pelo Plano de Controle de Poluição Veicular do Estado do Rio de Janeiro - PCPV, republicado pela Resolução CONEMA nº 70 de 19 de janeiro de 2016.

Cabe destacar que os serviços a serem contratados não constituem atividade fim da instituição e que a alternativa de terceirização possibilita a otimização de todo o processo, dispensando a realização de concurso público para contratação de pessoal próprio. Dentre os benefícios diretos e indiretos da terceirização desses serviços é possível destacar a economia em: despesas de pessoal, tributos, encargos sociais, treinamentos específicos e pagamento ou compensação por trabalho fora do horário comercial, decorrentes da contratação de pessoal próprio. Além disso, a terceirização possibilita maior celeridade do processo, antecipando o início da operação do centro supervisorio, e permite que os serviços sejam desempenhados por profissionais qualificados e experientes e de forma contínua ao longo do tempo.

Desta forma, propõe-se a contratação de serviço para a Operação do Centro Supervisorio da Qualidade do Ar do INEA, com a contratação de equipe técnica especializada em meteorologia e qualidade do ar. Este Projeto Básico apresenta as especificações técnicas dos serviços que deverão ser providos pela empresa contratada.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

O objeto desse Projeto Básico é a contratação de empresa para prestação de serviços de **operação do centro supervisorio da qualidade do ar do INEA, com a contratação de equipe técnica especializada em meteorologia e qualidade do ar.**

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO:

O Centro Supervisorio de Qualidade do Ar do INEA deve funcionar continuamente, com equipe de meteorologistas e outros profissionais, conforme previsto no orçamento, ao longo de todo o ano, para acompanhar e analisar as informações produzidas pela rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do INEA e de instituições parceiras.

Este Projeto Básico contempla somente os serviços de operação do Centro Supervisorio de Qualidade do Ar do INEA, não havendo qualquer cessão de equipamentos ou outros bens por parte da CONTRATADA. Destaca-se que todos os equipamentos e infraestrutura necessários para a execução das atividades previstas serão disponibilizados pelo INEA à equipe técnica prestadora de serviços.

As atividades previstas neste termo deverão ser realizadas parte em local próprio da CONTRATADA, próximo às dependências da sede do INEA (Avenida Venezuela, 110, Bairro Saúde, Rio de Janeiro).

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

Os dados transmitidos pela rede automática e semiautomática de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia são armazenados pelo Sistema de Integração de Dados e são exclusivos do INEA. O monitoramento é contínuo, 24 horas por dia e 7 dias por semana, e as estações de monitoramento dispõem de uma unidade de leitura capaz de realizar uma medição a cada 15 minutos, de modo automático, ou a qualquer momento, desde que solicitada pelo Sistema de Integração de Dados. As leituras automáticas que ocorrem a cada 15 minutos são transmitidas para o Sistema de Integração de Dados imediatamente após sua realização, onde os registros são armazenados automaticamente, em arquivos de fácil acesso, para consulta dos usuários e geração de relatórios, resumindo os dados e a operacionalidade de cada estação remota.

Todos os dados meteorológicos e de qualidade do ar gerados pelas estações automáticas e semiautomáticas do INEA e de instituições parceiras são enviados ao Centro Supervisório de Qualidade do Ar do INEA, bem como todos os inventários corporativos de GEE e resultados de medição oriundos do PROMON AR, do PROCON FUMAÇA PRETA realizadas por empresas vinculadas, do Programa I/M e do Programa de monitoramento e fiscalização do ARLA 32.

Com base nesse conjunto de informações, são produzidos boletins diários de qualidade do ar e meteorologia com previsões, diagnósticos periódicos de conformidade e consistência dos dados da rede e análise de tendência do nível poluição atmosférica local, para fins de planejamento, de maneira a subsidiar o desenvolvimento, pelo INEA, dos programas de controle da poluição atmosférica no estado, além de possibilitar a vigilância contínua do nível de exposição da população a contaminantes atmosféricos.

As atividades técnicas a serem realizadas pela equipe de operação do Centro Supervisório de Qualidade do Ar do INEA, responsável por serviços de acompanhamento do monitoramento da qualidade do ar e meteorologia, englobam:

- Validação dos dados de monitoramento de qualidade do ar e emissões atmosféricas, de forma que todos os dados sejam verificados assim que sejam assimilados pelo Banco de Dados, conforme metodologia e diretrizes estabelecidas pela GERAR. Ao final da aplicação da metodologia, cada dado deverá ser classificado como aprovado, suspeito ou reprovado e a classificação armazenada no banco de dados.
- Revisão e proposição de melhorias nas metodologias de validação de dados e nos protocolos operacionais do Centro Supervisório de Qualidade do Ar do INEA.
- Interação com empresas que operam estações de qualidade do ar da RMQAM, ou estejam vinculadas aos programas de monitoramento de poluentes atmosféricos geridos pela GERAR, via e-mail ou telefone para esclarecimento de questões técnicas e afins, em conjunto com a equipe técnica da GERAR, bem como solicitação de providências em caso de desempenho insuficiente das ações de monitoramento sob sua responsabilidade (empresas licenciadas pelo INEA).
- Monitoramento do funcionamento da rede automática de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do INEA e empresas licenciadas, além dos equipamentos que constituem o Centro Supervisório, informando imediatamente à FISCALIZAÇÃO e à coordenação geral sempre que forem detectadas falhas ou quaisquer tipos de problemas, dando início imediato às providências para que o conserto das falhas seja realizado pelo setor competente.
- Monitoramento do funcionamento da rede semiautomática de monitoramento da qualidade do ar do INEA e de empresas licenciadas, avaliando a consistência de dados, bem como verificando o cumprimento do calendário de amostragens divulgado anualmente no Portal do INEA, informando imediatamente à fiscalização e à coordenação geral sempre que forem detectadas falhas ou quaisquer tipos de problemas, dando início imediato às providências para o conserto das falhas.
- Acompanhamento da operacionalidade da rede de estações de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia, registrando no Livro de Ocorrências (*Log Book*, em formato digital) todos os fatos significativos (paralisações, contatos telefônicos etc.), através de registros cronológicos (dia a dia).
- Acompanhamento das informações reportadas nos sistemas online de envio de dados do setor, bem como cumprimento dos prazos normativos.
- Identificação de erros nos sistemas do setor e criação de relatórios para encaminhamento a área de desenvolvimento para manutenção corretiva e evolutiva, incluindo erros reportados por usuários.
- Monitoramento das condições meteorológicas de dispersão de poluentes atmosféricos em regime integral.
- Executar as análises dos dados com finalidade de previsões meteorológicas e prognóstico da qualidade do ar.
- Elaboração de diagnósticos e publicação diária de boletins de Qualidade do Ar e condições da poluição atmosférica das 24 horas anteriores.
- Elaboração de previsões meteorológicas e publicação diária de boletins meteorológicos, com previsão para dois dias, com ênfase na previsão de eventos críticos de poluição do ar e das condições de dispersão dos poluentes para as 24 e 48 horas seguintes e outros boletins especiais que possam vir a ser solicitados pelo INEA.
- Elaboração de relatório mensal de consistência e representatividade dos dados de cada estação da RMQAM.
- Elaboração de relatório mensal de consolidação, conformidade e análise de consistência dos dados oriundos dos programas: PROMON AR, Sistema de Relato de GEE, PROCON FUMAÇA PRETA, I/M e do programa de monitoramento e fiscalização do ARLA 32.
- Elaboração de relatório mensal de diagnóstico da qualidade do ar a partir dos dados de cada estação da RMQAM.
- Realizar avaliação e diagnóstico periódico da qualidade do ar de todo território estadual, bem como de acompanhamento dos programas de monitoramento geridos pela GERAR (frequência mínima semestral).
- Repasse das informações meteorológicas, emissões atmosféricas e de qualidade do ar quando solicitado e nas alterações dos estágios de alerta à população, ao Poder Público e demais instituições parceiras, segundo forma e critérios definidos pela FISCALIZAÇÃO.
- Elaborar e documentar, em meio físico e digital, procedimentos de trabalho para as principais atividades de validação de dados e publicação dos boletins de qualidade do ar, em formato definido pelo CONTRATANTE.
- Suporte ao Serviço de Avaliação da Qualidade do Ar do INEA no planejamento e redimensionamento da rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do INEA.
- Suporte à Gerência de Qualidade do Ar do INEA no planejamento e redimensionamento dos programas de monitoramento de emissões de poluentes atmosféricos e GEE sob sua responsabilidade, apoiando na busca ativa, caracterização e identificação de potenciais novas fontes.
- Divulgar, sistematicamente, informações relativas à qualidade do ar nas diversas regiões do Estado.
- Assistir em campanhas educativas realizadas pela GERAR, em atendimento do estabelecido no convênio DETRAN/INEA, para a conscientização da população quanto a necessidade de manutenção preventiva de veículos automotores;
- Produzir conteúdo didático / informativo, pertinente e de fácil compreensão acerca das fontes fixas e móveis de poluição atmosférica do estado, para serem publicados nas páginas oficiais do INEA;
- Auxiliar na atualização, geração de conteúdo e programação para as páginas oficiais nas redes sociais, produzir conteúdos relevantes afetos ao controle da poluição do ar e o trabalho do INEA;
- Implementar a identidade visual das páginas oficiais do setor, desde a definição conceitual até a criação dos elementos gráficos e textuais da solução final que atendam às melhores práticas de usabilidade.
- Interagir com toda a equipe técnica de desenvolvimento para analisar as possibilidades e restrições para execução das demandas apresentadas.

- Preparar material didático para treinamento e capacitação das equipes do DETRAN-RJ envolvidas no programa de inspeção e manutenção veicular e do curso de certificação PROCON FUMAÇA PRETA;
- Apoiar a implantação do Projeto de Busca ativa de empresas detentoras de frota a Diesel e, que não estejam vinculadas ao Procon Fumaça Preta, para que sejam notificadas a se vincularem e atenderem as diretrizes normativas estabelecidas para o Procon Fumaça Preta.
- Suporte aos serviços de monitoramento e fiscalização de fontes fixas e campanhas de combate à fraude do SCR, à adulteração de ARLA-32 e à emissões de fumaça preta.
- Elaborar relatórios sobre os dados obtidos com os programas de monitoramento geridos pela GERAR, o alcance dos eventos e das campanhas digitais de educação ambiental.
- Realização de pesquisas e de relatórios relacionados aos aspectos meteorológicos e climatológicos do estado, bem como de melhorias dos protocolos operacionais do Centro Supervisório de Qualidade do Ar do INEA.
- Elaborar estudos específicos e orientados segundo forma, critérios e periodicidades definidos pela FISCALIZAÇÃO, de forma a colaborar na gestão da qualidade do ar e apoiar a equipe técnica da GERAR na avaliação e redimensionamento dos programas sob responsabilidade do setor;
- Apoiar a equipe técnica da GERAR nas atividades de atualização dos inventários de fontes fixas e móveis de emissões atmosféricas do Rio de Janeiro, na coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas;
- Apoiar no controle interno de documentos e rotinas administrativas do setor;
- Analisar as demandas e necessidades dos setores da GERAR, realizar especificação técnica e funcional, desenho de fluxos, confecção de cronogramas e acompanhamento de projetos junto a equipe de desenvolvimento;
- Executar atividades de desenvolvimento de novos sistemas, manutenção evolutiva e corretiva em arquitetura dot.NET e/ou Python.
- Desenvolver *dashboard* para supervisão dos programas de monitoramento coordenados pelo setor, bem como emissão de alerta para eventos inconformes com os critérios a serem estabelecidos pelo INEA.
- Aplicar melhores práticas de documentação de código desenvolvido, desenvolver e sustentar integrações e buscar novas ferramentas e técnicas para a melhoria contínua de nossos sistemas;

As atividades ora mencionadas se caracterizam como serviços contínuos, onde sua abrangência pode variar conforme o interesse e disponibilidade orçamentária da INEA, que por sua vez deverá comunicar, previamente a CONTRATADA, eventuais alterações.

5. PRODUTOS

A CONTRATADA deverá entregar os produtos de cada etapa, que deverão consistir em um relatório técnico, com descrição detalhada (por meio de texto, gráficos, tabelas e figuras), dos serviços realizados e os respectivos elementos que atestem a realização dos serviços. Toda a documentação comprobatória das atividades previstas nestes produtos deve ser apresentada ao INEA no prazo de 10 dias a partir do fim do mês de referência.

Para os serviços previstos no primeiro ano de vigência do contrato, estão previstas as entregas dos seguintes produtos mensais (Produtos P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12), contendo descrição das atividades realizadas no período e peculiaridades dos serviços conforme item 4.

O conteúdo mínimo dos produtos deverá incluir os itens abaixo relacionados:

- Introdução (Apresentação do Relatório, informações sobre o Contrato etc.);
- Resumo das atividades de Operação do Centro Supervisório da Qualidade do Ar do INEA;
- Sistemas e programas computacionais implantados no Centro Supervisório da Qualidade do Ar do INEA, no Sistema de Comunicação de Dados (SCD) e no Sistema de Integração de Dados (SID);
- Melhorias implementadas nas páginas oficiais do INEA, na seção do setor de qualidade do ar;
- Levantamento e síntese das informações inseridas no Livro de Ocorrências do Centro Supervisório;
- Avaliação da operacionalidade dos sistemas de monitoramento da qualidade do ar, emissões atmosféricas e meteorologia;
- Relatório de consistência e consolidação dos dados de qualidade do ar e meteorologia registrados pela rede de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia do estado, em formato a ser estabelecido pelo INEA;
- Relatório, em formato a ser definido pelo INEA, de consolidação, conformidade e análise de consistência dos dados oriundos dos programas: PROMON AR, Sistema de Relato de GEE, PROCON FUMAÇA PRETA, I/M e do programa de monitoramento e fiscalização do ARLA 32;
- Relatório detalhado, com registro fotográfico, das campanhas educativas realizadas em apoio a GERAR no período.
- Relatórios consolidado com os conteúdos didáticos / informativos, publicados nas páginas oficiais do INEA no período, bem como análise do alcance dos eventos e das campanhas digitais de educação ambiental;
- Diagnóstico da qualidade do ar e análise de conformidade com os padrões de qualidade do ar vigentes;
- Apresentação dos Boletins Diários de Qualidade do Ar e previsão meteorológica das condições de dispersão dos poluentes;
- Apresentação dos Relatórios de Qualidade do Ar e Meteorologia Mensais;
- Detalhamento das estatísticas de previsão (tabela de contingência);
- Atualização do andamento dos processos de melhorias no protocolo operacional de verificação e validação de dados, publicação de boletins e envio de alertas de mudanças de estágios de monitoramento;
- Detalhamento do atendimento de usuários internos e externos;
- Levantamento de reuniões e demais atividades eventuais realizadas (quando houver);
- Considerações finais e recomendações;

O andamento das pesquisas relacionadas aos demais aspectos meteorológicos e climatológicos, além dos estudos de qualidade do ar que são escopo deste Projeto Básico, deverão ser apresentados dentro dos produtos mensais previstos, com frequência mínima semestral.

A elaboração dos relatórios deverá seguir as normas da ABNT e os padrões a serem acordados com o INEA. Naquilo em que as normas da ABNT forem omissas será permitida a utilização de normas estrangeiras ou métodos consagrados pelo uso, após a devida aprovação da FISCALIZAÇÃO. Os relatórios e suas revisões deverão ser entregues em uma via em papel e em meio digital (em PDF e no seu formato original, que permita a sua edição futura).

A FISCALIZAÇÃO realizará avaliação dos produtos entregues e encaminhará pedidos de correções, quando necessário, para a CONTRATADA que deverá proceder aos ajustes, alterações ou complementações solicitadas pela FISCALIZAÇÃO.

6. ESTIMATIVA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A estimativa orçamentária para a execução do objeto deste Projeto Básico foi realizada com base no Boletim EMOP 12/2021. O valor estimado é de **R\$ 3.494.353,42 (Três milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos)**, conforme os demais anexos deste edital e o cronograma físico-financeiro do item 8 deste Projeto Básico.

Os recursos necessários à realização do objeto deste Projeto Básico serão providos pelas seguintes dotações orçamentárias:

FONTE: 104

PROGRAMA DE TRABALHO: 2404.18.542.0193.1526

NATUREZA DA DESPESA: 4490

7. MODALIDADE DE LICITAÇÃO E TIPO DE CONTRATAÇÃO

A modalidade da licitação será feita por pregão eletrônico, uma vez que é necessária apresentação de certificados de habilitação técnica por parte das concorrentes, e a execução será por empreitada por preços unitários, uma vez que o serviço trata de escopo indivisível.

O serviço a que se pretende contratar é considerado **serviço comum, contínuo e com disponibilização de mão de obra residente**.

O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

O critério de aceitabilidade de preços será o valor da Proposta de Preço iguais ou inferiores aos valores médios apurados conforme pesquisa de mercado ou estimativa de preços.

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO/FINANCEIRO

Tabela 1

PRODUTO MENSAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
CUSTO/ETAPA (R\$) (com BDI)	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12	291.196,12
CUSTO PERCENTUAL/ETAPA	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%	8,33%
CUSTO ACUMULADO	291.196,12	582.392,24	873.588,36	1.164.784,47	1.455.980,59	1.747.176,71	2.038.372,83	2.329.568,95	2.620.765,07	2.911.961,18	3.203.157,30	3.494.353,42
CUSTO PERCENTUAL ACUMULADO	8,3%	16,7%	25,0%	33,3%	41,7%	50,0%	58,3%	66,7%	75,0%	83,3%	91,7%	100,0%

9. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO poderá inspecionar os serviços executados conforme sua necessidade e conveniência, ficando a CONTRATADA obrigada a passar todas as orientações e posicionamentos referentes, sempre que solicitado.

A execução dos serviços será acompanhada pela FISCALIZAÇÃO durante toda a vigência do contrato. Os materiais e documentos entregues pela CONTRATADA deverão ser aprovados pela FISCALIZAÇÃO antes do faturamento.

A FISCALIZAÇÃO realizará avaliação dos produtos entregues e encaminhará pedidos de correções, quando necessário, para a CONTRATADA que deverá proceder aos ajustes, alterações ou complementações solicitadas.

Sempre que for solicitado, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE relatórios referentes aos serviços executados.

A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da FISCALIZAÇÃO, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

A CONTRATADA deverá manter atualizada relação de funcionários que poderão atuar junto à CONTRATANTE na execução do contrato. Em caso de desligamento, a CONTRATADA deve imediatamente retirar todas as credenciais que permitam ao funcionário fazer qualquer acesso à solução provida e informar o fato à CONTRATANTE.

Os relatórios serão definidos em conjunto com a FISCALIZAÇÃO e poderão sofrer atualizações, sem custo adicional para o INEA, conforme o nível de controle dos serviços prestados.

A FISCALIZAÇÃO, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual a produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1o do Art. 65 da Lei no 8.666, de 1993.

O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1o e 2o do Art. 67 da Lei no 8.666, de 1993.

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará na aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos Art. 77 e 80 da Lei no 8.666, de 1993.

Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na

ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. HABILITAÇÃO TÉCNICA

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- No mínimo, 01 (um) atestados e/ou declaração de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa a ser contratada, que comprove aptidão para desempenho, de forma satisfatória, de atividades pertinentes e compatíveis ao objeto descrito neste edital.
- Registro em Conselho Profissional compatível com a atividade e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico.

Não será solicitada apresentação de amostra.

11. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Os serviços deverão ser executados num período de 12 (doze) meses e o contrato terá validade de 15 (quinze) meses, contados a partir da sua Assinatura. O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.

12. GARANTIA

Será exigido do licitante vencedor, no momento da assinatura do contrato, uma garantia da ordem de 5% do valor do contrato, a ser prestada em qualquer das modalidades de que trata o parágrafo primeiro do art. 56, da Lei Federal nº 8666/93. A garantia será restituída após a execução satisfatória do contrato. As garantias prestadas só poderão ser vinculadas a novas contratações depois de sua liberação.

A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.

No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização, da seguinte forma:

- A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
 - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
 - A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
 - O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

No prazo de até 15 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado de seus serviços.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos / refeitos / substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

14. DO PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados em parcelas mensais, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

1. Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contratada pelo Estado.
2. O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.
3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal do contrato.
5. O fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela FISCALIZAÇÃO e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
6. As eventuais justificativas, referente às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao empregado da CONTRATANTE responsável pela fiscalização do contrato.
7. Dirimidas as dúvidas, o fiscal de contrato emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado de seus serviços.
8. A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao INEA, sito na Av. Venezuela nº110 - 4º Andar - Saúde - Rio de Janeiro – RJ, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.
9. Satisfeitas as obrigações previstas nos subitens 2 e 8, o prazo para pagamento é de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.
10. A CONTRATADA, para recebimento, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o comprovante de regularidade junto ao INSS, conforme ACORDÃO 260/2002 do Plenário do TCU.
11. Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).
12. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.
13. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo INPC e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.
14. A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.
15. Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.
16. As partes convencionam que o prazo decadencial para o CONTRATADO solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do INEA, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.
17. O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.
18. Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea 25, do Item 15 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.
19. Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com o INEA, ficará a CONTRATADA sujeita à multa prevista em contrato, incidente sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s), conforme as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.
20. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE”, para verificar todas as condições de habilitação da CONTRATADA, donde sendo constatada a situação de irregularidade será comunicada por escrito para sua regularização, sendo-lhe facultado a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
21. A Taxa de Administração indicada na proposta da CONTRATADA é fixa e irrecorrível.
22. Os pagamentos serão efetuados através de depósito bancário na instituição bancária, agência, localidade e conta corrente da contratada, indicada em sua proposta de preços, para que seja feito o crédito correspondente.
23. Por ser de utilidade pública, trabalhando pela preservação do meio ambiente e seus equipamentos compõem importantes instrumentos de vigilância de saúde pública, toda e qualquer suspensão dos serviços, por parte da CONTRATADA, deverá ser precedida de aviso prévio de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

1. Designar por escrito, no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços e observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, preposto (gerente de projeto) que tenha poderes para resolução de imprevistos durante a execução do contrato. O representante deverá se reportar diretamente a

FISCALIZAÇÃO, acompanhando e se responsabilizando pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe.

2. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, conduzindo-os de acordo com suas normas e especificações técnicas e com estrita observância do instrumento convocatório, do Projeto Básico e da proposta de preços;
3. Elaborar e documentar, em meio físico e digital, procedimentos de trabalho para as principais atividades desenvolvidas durante o contrato, em formato definido pelo CONTRATANTE;
4. Propor alterações ou implementações de serviços a fim de otimizar o cumprimento das obrigações do contrato.
5. Manter as estações de trabalho em boas condições de organização e limpeza.
6. Cumprir rigorosamente os prazos e horários estabelecidos;
7. Comunicar a FISCALIZAÇÃO, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
8. Gerenciar e acompanhar a situação de eventuais chamados encaminhados às empresas terceirizadas, para garantir o cumprimento do nível de serviço;
9. Verificar tendências ou problemas repetitivos e encaminhar solução abrangente para os incidentes;
10. Manter, durante toda a execução do contrato e eventuais aditivos, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e fomentar a capacitação necessária para garantir a prestação dos serviços contratados.
11. Responsabilizar-se por todas as despesas, que deverão estar incluídas no preço proposto, relativas a frete, impostos, diárias, transporte, alimentação, remuneração e hospedagem de pessoal, bem como qualquer outra despesa necessária à execução dos serviços na base ou em campo, disponibilizando ainda equipamentos e veículos para transporte da equipe durante a vigência do contrato.
12. Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços dirigido à FISCALIZAÇÃO, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre sua execução.
13. Planejar e gerar relatórios gerenciais contendo as informações solicitadas pela CONTRATANTE.
14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte, sem ônus ao INEA, bens ou prestações que sejam objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.
15. Corrigir ou adequar, sem ônus ao INEA, qualquer serviço executado ou entregue em desacordo com as exigências e especificações previstas neste instrumento.
16. Atender prontamente às observações e reclamações da FISCALIZAÇÃO concernentes à execução dos serviços, prestando esclarecimentos em até 2 (dois) dias a contar do recebimento do comunicado.
17. Acatar as exigências da FISCALIZAÇÃO quanto à execução dos serviços, o cumprimento de horários e a imediata correção de deficiências relacionadas à execução dos serviços contratados.
18. Manter registro atualizado de ocorrências para cada estação de monitoramento (*log book*).
19. Verificar continuamente a funcionalidade da transmissão de dados entre as estações de monitoramento e a Central Telemétrica do INEA, avisando imediatamente a CONTRATANTE em caso de anomalias.
20. Observar que todos os dados oriundos da operação da rede de monitoramento da qualidade do ar e de meteorologia são de propriedade do INEA e não devem ser utilizados para fins diversos dos previstos neste Projeto Básico.
21. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho em caso de incidente com seus empregados durante a execução dos serviços previstos no contrato, inclusive no transporte, mesmo que o incidente ocorra em dependência do INEA.
22. Responder por todos os encargos de eventual demanda trabalhista, civil ou penal relacionada à execução do contrato, seja originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
23. Indenizar todo e qualquer dano ou prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente do exercício de suas atividades ou ser causado por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou a terceiros.
24. Observar o cumprimento da cota de pessoas com deficiência, estipulada pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
25. Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados vinculados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas habilitadas portadoras de deficiência na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante	5%.
31. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo em conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.
32. Cumprir com as demais obrigações estipuladas no Projeto Básico.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

1. Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo;
2. Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
3. Exercer a fiscalização do contrato;
4. Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas no edital e no contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Os licitantes, adjudicatários ou contratados inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/93 e no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Comete infração administrativa nos termos da Lei no 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.
2. Ensejar o retardamento da execução do objeto.
3. Falhar ou fraudar na execução do contrato.
4. Comportar-se de modo inidôneo.
5. Cometer fraude fiscal.

Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do Art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

1. Não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e a Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura.
2. Deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado.
2. Multa de:
 - a. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, deforma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
 - b. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
 - c. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
 - d. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 2 e 3, abaixo.
 - e. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizara a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.
 - f. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

As sanções previstas nos subitens 1, 3, 4 e 5 supracitados poderão ser aplicadas juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações serão atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3 seguintes.

Tabela 2

Grau	Correspondência
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 3

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência previa da CONTRATANTE, por empregado e por dia	1
6	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato, por ocorrência.	4
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	1

Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

1. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei n.º 8.666/93);
2. Impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei n.º 10.520/02);

3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado a Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do **SIGA**.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS:

A prestação dos serviços será executada em conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico, assim como nos documentos em anexo.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual.

Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das diretrizes dos serviços do presente objeto não poderão constituir pretexto para a cobrança por "serviços novos, extras ou adicionais". Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nesta especificação, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

Para acompanhamento deste contrato deverá ser criado um núcleo de coordenação composto pelo coordenador geral do contrato, uma secretária e um engenheiro ou profissional de nível superior, especialista em qualidade do ar ou meteorologia, e devidamente habilitado no seu respectivo órgão de classe. Este último deverá ficar residente no INEA durante o período de vigência dos serviços, e atuará apoiando a equipe de FISCALIZAÇÃO nas análises de consistências dos dados e na especificação dos produtos a serem entregues pela CONTRATADA no escopo do contrato. Por conveniência da administração pública este item poderá ser glosado a qualquer momento, desde que previamente informado a CONTRATADA.

Para a realização dos serviços objeto deste Projeto Básico, a CONTRATADA deverá alocar uma equipe de profissionais, com experiência suficiente para a sua boa execução. A equipe deverá ser formada considerando o abrangente escopo dos serviços contratados, a carga horária requerida e a necessidade de comprovada experiência profissional para cada uma das atividades a serem desenvolvidas. Todos os profissionais deverão ter experiência profissional comprovada para exercer as atividades previstas neste Projeto Básico. Durante a vigência do contrato, novas atribuições poderão ser incorporadas àquelas anteriormente descritas aos membros da equipe técnica.

Diante de eventual carga de trabalho imposta pelas novas configurações, serão verificados os quantitativos previstos neste Projeto Básico. Constatada a necessidade de redimensionamento, a CONTRATADA deverá providenciar os ajustes que se impõe, após a assinatura de termo aditivo ao contrato, cabendo o ressarcimento ou abatimento relativo ao custo real do acréscimo ou supressão de unidade ou quantidade.

Prevê-se a necessidade de uma equipe composta por profissionais das especialidades discriminadas, conforme previsto no orçamento, sendo a equipe técnica mínima composta pelos profissionais listados a seguir, que estarão alocados no INEA durante a vigência deste Projeto Básico:

1. 01 (um) profissional (nível) pleno na área de Química ou Engenharia Ambiental ou Engenharia Química ou Engenharia Mecânica, especialista em qualidade do ar, com experiência mínima de 5 (cinco) anos e que tenha, comprovadamente, participado como responsável técnico, gerente, supervisor ou coordenador na elaboração de estudos, projetos e programas (atestados registrados no Conselho de Classe) relacionados a redes de monitoramento da qualidade do ar, gerenciamento ou controle de emissões de poluentes atmosféricos oriundos de fontes fixas ou móveis. Este profissional será lotado no INEA e deverá acompanhar todas as atividades previstas neste contrato.
2. 01 (um) profissional da área de secretariado, com experiência comprovada na função, auxiliando na execução de tarefas administrativas e em reuniões, assessoria e gerenciamento de informações, marcando e cancelando compromissos. Providenciar documentos e assinatura. Despacho e conferência de documentos. Dar suporte à equipe no que diz respeito ao atendimento telefônico, reserva de salas e recursos, elaboração de relatórios de controle de correspondências, ofícios, e-mails, organização de arquivos, entre outras atividades administrativas. Proficiente em MS Office, excelentes habilidades de comunicação, organização e de gerenciamento de tempo, conhecimento profundo de gestão de escritórios, bem como ótima escrita e vocabulário técnico do setor relevante.
3. 06 (seis) profissionais de nível superior na área de Química ou Engenharia Ambiental ou Engenharia Química ou Engenharia Mecânica ou afins com experiência na elaboração de estudos, projetos ou execução de programas de monitoramento da qualidade do ar, comprovada através da apresentação de 01 (um) atestado técnico fornecido por órgão público Federal, Estadual ou Municipal, devidamente registrado no Conselho de Classe (CREA e/ou CRQ), que deverá acompanhar as atividades desenvolvidas neste contrato, realizar a validação e verificação dos dados medidos nas estações e nos programas de monitoramento, bem como análise crítica dos resultados obtidos, preparar material didático para treinamento e capacitação das equipes do DETRAN-RJ envolvidas no programa de inspeção e manutenção veicular e do curso de certificação PROCON Fumaça Preta, publicar os boletins de qualidade do ar, apoiar as campanhas educativas desenvolver estudos de forma a colaborar na gestão da qualidade do ar, análise e organização de dados.
4. 02 (dois) profissionais de nível superior na área de Meteorologia com experiência em monitoramento da qualidade do ar e meteorologia comprovada através da apresentação de 01 (um) atestado técnico fornecido por órgão público Federal, Estadual ou Municipal, devidamente registrado no Conselho de Classe (CREA e/ou CRQ), que deverá realizar a validação e verificação dos dados medidos nas estações, publicar os boletins de qualidade do ar e informes meteorológicos para as próximas 24h, desenvolver estudos de forma a colaborar na gestão da qualidade do ar, análise e organização de dados.
5. 01 (um) profissional de nível superior na área de Tecnologia da Informação (Analista de Requisitos e Negócios – Pleno) em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação, Design, Webdesign e afins. Também serão aceitos graduados em outras áreas com Pós-Graduação na área Tecnologia da Informação (carga-horária mínima de 360 horas). Experiência comprovada mínima de 3 anos em processos de T.I que envolvam atividades como análise, desenvolvimento, testes, homologação e ativação e criação de documento de processos junto ao cliente. Desejável conhecimento e/ou experiência com Project, Visio, UX (User Experience) e metodologias ágeis.
6. 02 (dois) profissionais de nível médio ou médio-técnico completo (Desenvolvedor Dot Net/Python) em uma das seguintes áreas: Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou demais áreas de Tecnologia da Informação. Também serão aceitos Nível Superior completo em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação ou graduados em outras áreas com Pós- Graduação na área Tecnologia da Informação (carga-horária mínima de 180 horas). Experiência comprovada mínima de 1 ano em desenvolvimento de API REST com .NET Framework / .NET Core (C#), Angular / typescript, Entity Framework, SQL (Banco de dados Oracle e PostgreSQL), desenvolvimento com parametrização de banco de dados. Desejável conhecimento em PHP, CoffeeScript, SOAP, experiência com algum framework MVC, Bootstrap, Photoshop básico e conhecimento em metodologias ágeis), bem como análise de dados e em meteorologia para realizar atividades referentes ao recebimento, armazenamento e manuseio de dados, bem como a manutenção do banco de dados e programação dos sistemas de apoio ao Centro Supervisório de Qualidade do Ar.

7. 04 (quatro) profissionais de nível técnico na área de Meio Ambiente ou Química ou afins com experiência em qualidade do ar comprovada através da apresentação de 01 (um) atestado técnico fornecido por órgão público Federal, Estadual ou Municipal que deverão acompanhar as atividades desenvolvidas neste contrato, realizar controle interno de documentos técnicos / administrativos em consonância com as normas de proteção ao meio ambiente, orientar e controlar, de forma colaborativa, processos voltados às áreas de controle, pesquisa, proteção e defesa ambiental, atuar de forma colaborativa na auditoria das atividades de vistorias das empresas vinculadas ao PROCON Fumaça Preta, monitorar o Programa PROCON Fumaça Preta com Arla, buscar de forma ativa por empresas detentoras de veículos movidos a diesel para vinculação, participar das campanhas educativas realizadas pela GEAR, participar dos projetos que objetivam a atualização dos inventários de fontes de poluição atmosférica do Rio de Janeiro, prestar suporte e apoio técnico especializado às atividades dos Gestores e Analistas, executar atividades de coleta, seleção e tratamento de dados e informações especializadas voltadas para as atividades finalísticas, respaldo técnico analítico nas vistorias, desenvolver estudos de forma a colaborar na gestão da qualidade do ar, análise e organização de dados.
8. 01 (um) profissional de nível técnico na área de Comunicação ou Marketing ou afins, com experiência comprovada em redação, desenvolvimento e criação de mídias digitais / sociais para realizar atividades referentes à divulgação de dados e conteúdo da qualidade do ar do estado do Rio de Janeiro, produção de vídeos/artes referentes à qualidade do ar, auxiliar na atualização, geração de conteúdo e programação para as páginas oficiais nas redes sociais, produzir conteúdos relevantes acerca das fontes móveis de poluição atmosférica e o trabalho do INEA, participar das campanhas educativas realizadas pela GEAR, em atendimento ao estabelecido no convênio DETRAN/INEA, participar da criação de relatórios e contribuir para os feedbacks sobre as necessidades do Setor, atuando com gestão de mídia digital em plataformas (Google Ads - Search, Display e YouTube), Facebook Ads (Facebook e Instagram) e LinkedIn, com domínio em diferenciação de tipos campanha.
9. 01 (um) profissional de nível técnico na área de Web Designer. Também serão aceitos Nível Superior completo em uma das seguintes áreas: Análise de Sistemas, Arquitetura, Ciência da Computação, Design, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Informática ou Engenharia da Computação ou graduados em outras áreas com Pós-Graduação na área de Design (carga-horária mínima de 360 horas). Com experiência comprovada na criação de websites, empregando recursos de programação e/ou interagindo com equipes de desenvolvedores com expertise em TI para implementar a identidade visual da plataforma, desde a definição conceitual até a criação dos elementos gráficos e textuais da solução final que atendam às melhores práticas de usabilidade, auxiliar na atualização, geração de conteúdo e programação para as páginas oficiais nas redes sociais, participar da criação de relatórios e contribuir para os feedbacks sobre as necessidades do Setor. Desejável conhecimento técnico de ferramentas de design aplicadas ao desenvolvimento de websites e noções avançadas de programação, PHP e Python.

A CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais, conforme perfil estabelecido neste Projeto Básico, para cobertura dos períodos de férias e eventuais licenças da equipe técnica, sempre quando necessário, visando o pleno atendimento dos serviços de operação previstos para o Centro Supervisório de Qualidade do Ar do INEA.

O serviço será executado em horário comercial / normal, de segunda a sexta, parte em local próprio da CONTRATADA próximo às dependências da sede do INEA, na Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312.

Após o lançamento do Edital de Licitação do contrato, com base neste Projeto Básico, o INEA deverá agendar e comunicar a realização de uma visita técnica ao Centro Supervisório da Qualidade do Ar. Durante esta visita, os interessados pela licitação poderão conhecer os equipamentos, os programas integrantes do sistema de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia e os procedimentos operacionais. As possíveis dúvidas que surgirem quanto ao assunto em questão poderão ser dirimidas durante a própria visita ou serem encaminhadas ao INEA por correio, fax ou por e-mail.

A prestação dos serviços pretendidos não gerará vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os funcionários da CONTRATADA, estando vedada qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Todas as despesas relacionadas às atividades para execução deste serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA e seus custos deverão estar incluídos no preço proposto.

Durante o período contratual, serão realizadas reuniões técnicas regulares entre a CONTRATADA e a equipe da FISCALIZAÇÃO, quando será discutida a evolução dos trabalhos e tomadas providências para solucionar eventuais problemas. As reuniões poderão ser solicitadas pela FISCALIZAÇÃO ou pela CONTRATADA.

Os direitos sobre os dados gerados pela rede de monitoramento de qualidade do ar e meteorologia do INEA, bem como documentos técnicos produzidos pela equipe da CONTRATADA pertencem ao INEA, ficando vedada à CONTRATADA sua utilização, venda e disponibilização para terceiros, salvo com prévio consentimento, por escrito, do INEA. Comprovada a quebra de sigilo dessas informações fica a CONTRATADA sujeita a aplicação das sanções cabíveis por parte do INEA.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Barbosa Campos, Chefe de Serviço**, em 06/06/2022, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **34057035** e o código CRC **9BC38C7B**.